



PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPCS

Propostas de Ações para a implementação
do segundo ciclo 2016 - 2020

Porquê necessitamos mudar?

Atualmente, nos encontramos em um momento de grandes desafios para a sustentabilidade do planeta Terra, considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Esses desafios se vinculam ao esgotamento dos recursos naturais e à degradação ambiental, como nos casos da desertificação, da degradação dos solos, da escassez de água doce e da perda de biodiversidade. Aliado a esse cenário enfrentamos as mudanças climáticas e seus efeitos negativos, como o aumento da temperatura global, do nível do mar e da acidificação dos oceanos.

As questões sociais se aliam aos desafios ambientais, se mostrando urgentes, observando que cerca de 10% da população mundial ainda se situa abaixo da linha de pobreza ¹, além de questões como a desigualdade de gênero e o desemprego.

Por outro lado, esse também é um **momento de grandes oportunidades**, pois nas últimas décadas observam-se avanços no caminho do desenvolvimento sustentável, com maior acesso a informação e tecnologias de comunicação, além da conectividade global, que possui grande potencial para acelerar o progresso humano, permitindo que o desenvolvimento das sociedades seja baseado no conhecimento e na inovação científica e tecnológica.

Vivemos um contexto complexo, onde é fundamental o entendimento de que o crescimento econômico e o atendimento às necessidades básicas da população mundial não podem ser sustentados pelos atuais padrões de produção e consumo.

Desta forma, se faz necessário trabalhar nas duas pontas do mercado: a **produção** - fazer mais com menos - e a **demanda** - consumir melhor, de forma mais consciente², definindo uma economia eficiente que se delinea em um cenário em que os sistemas de produção e consumo são otimizados quanto ao uso de recursos naturais, conduzindo à redução dos impactos ambientais.

A transição descrita acima compreende um processo de transformação dos atuais sistemas de produção e consumo insustentáveis para os sustentáveis, sendo necessário que ocorram mudanças simultâneas nas diferentes perspectivas, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ecológicas. Nesse sentido, é importante que os países busquem implementar seus planos de Produção e Consumo Sustentáveis, com políticas públicas que direcionem suas economias para sistemas mais eficientes, nos quais os processos produtivos são repensados e os consumidores desempenham um papel ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis.

¹ Segundo relatório Banco Mundial: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/10/banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia>

² (www.resourcepanel.org/glossary e <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>)

O que é Consumo e Produção Sustentáveis?

Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) é uma abordagem holística para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de consumo e produção, ao mesmo tempo em que promove qualidade de vida para todos.

PCS visa a fazer mais e melhor com menos, reduzindo o uso de recursos, a degradação ambiental, os resíduos e a poluição ao longo do ciclo de vida de bens e serviços, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida para todos.

Quais os princípios fundamentais.....

- i. Melhorar a qualidade de vida sem aumentar a degradação ambiental, e sem comprometer as necessidades de recursos das futuras gerações;
- ii. Dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, por meio de: redução de materiais / intensidade de energia das atividades econômicas atuais, e redução de emissões e resíduos da extração, produção, consumo e disposição;
- iii. Promover a mudança para padrões de consumo para grupos de bens e serviços com menor intensidade de energia e materiais sem comprometer a qualidade de vida;
- iv. Aplicar a lógica de ciclo de vida, que considera todos os impactos ao longo da cadeia de produtos e serviços, desde a sua extração, a produção, o consumo e o descarte, ou preferencialmente sua reinserção no processo produtivo;
- v. Cooperação e o engajamento de todos os atores, envolve todos, desde governos até cidadãos, desde produtores até consumidores finais, como por exemplo: políticos, empresários, varejistas, consumidores, trabalhadores, pesquisadores, cientistas, mídia, organizações da sociedade civil e agências de cooperação para o desenvolvimento.
- vi. Evitar ou mitigar o efeito rebote, onde os ganhos de eficiência são cancelados pelo resultante aumento de consumo.

Como ?

- ✚ Utiliza a perspectiva de ciclo de vida, PCS aumenta a gestão sustentável e eficiente dos recursos em todos os estágios da cadeia de valor de bens e serviços;
- ✚ Promovendo o desenvolvimento de processos que usam menos materiais e menos substâncias perigosas, geram menos resíduos e resultam em benefícios ambientais;
- ✚ Melhorando a competitividade de empresas ao reduzir os custos de produção, transformando desafios ambientais e sociais em oportunidades de negócios e empregos.
- ✚ Encorajando a coleta, o reuso e a reciclagem de recursos valiosos nos fluxos de resíduos. O principal objetivo da mudança para PCS é dissociar crescimento econômico de degradação ambiental.

Um Olhar para o Futuro

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis/PPCS - Brasil

Olhando o cenário atual pode-se concluir que a construção de um caminho mais sustentável para a sociedade brasileira perpassa, sem dúvida, pela mudança dos atuais padrões de produção e consumo para uma economia na qual o uso circular e eficiente dos recursos do planeta transforme, de maneira progressiva, as estruturas econômicas em mais ecológicas e inclusivas, bem como, com consumidores que desempenhem um papel ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis.

O Brasil já conta com políticas que dão sustentação legal e possibilitam colocar o Brasil na vanguarda da transição para o consumo e a produção sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,³.

Portanto, o desenvolvimento do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, associado as políticas públicas que direcionem a economia para sistemas mais eficientes, traz um **novo olhar para futuro**.

Assim, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com instituições governamentais e da sociedade civil, lançou em 2011 o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, como resultado de um processo de construção amplo e participativo⁴.

Plano de Produção e Consumo Sustentáveis

O objetivo primordial do PPCS é fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Os objetivos gerais são:

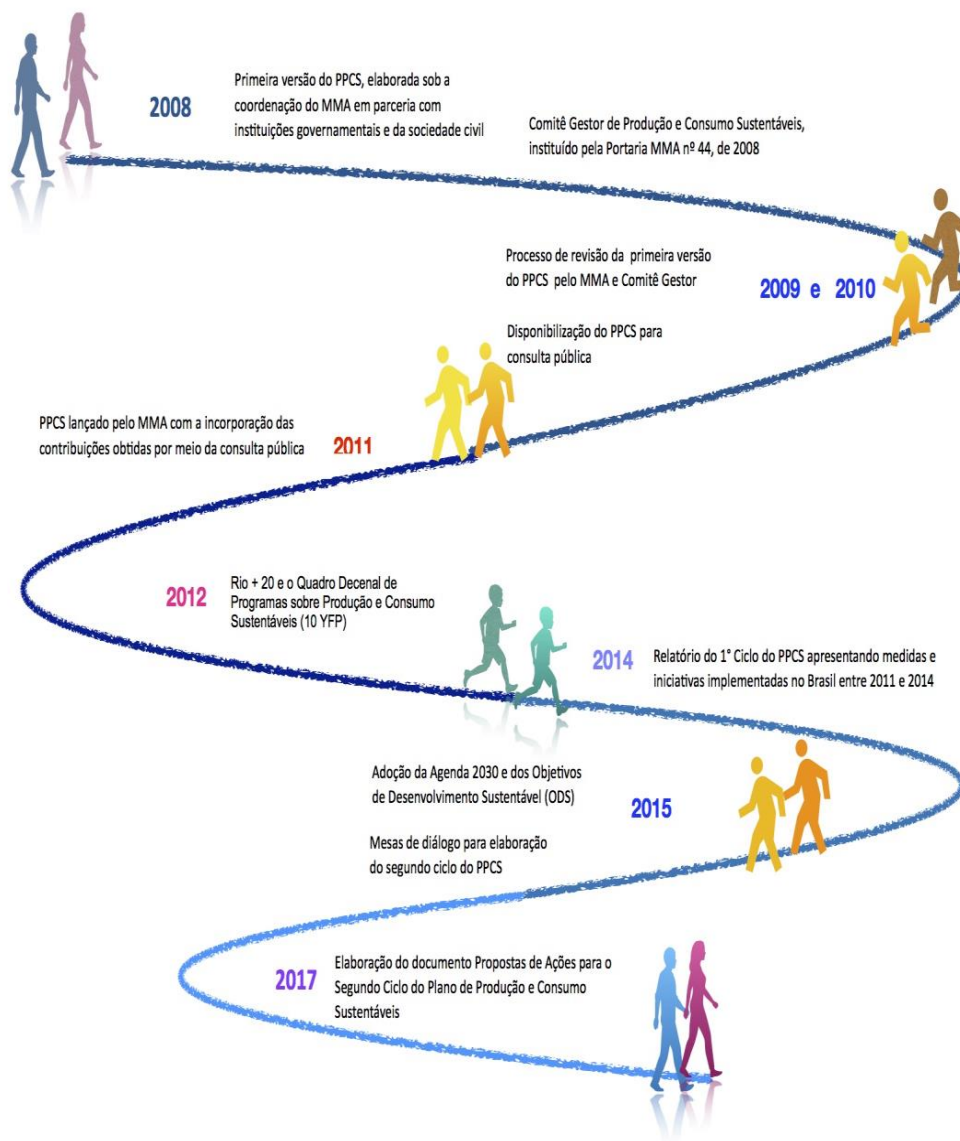
1. Fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;
2. Integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O objetivo específico é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

³ Para saber mais: <http://www.agenda2030.org.br>.

⁴ <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>

O Caminho trilhado



O Segundo Ciclo do PPCS – eixos temáticos e propostas de ação

O documento “**Propostas de Ações para o Segundo Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**” é um elemento orientador e estratégico de maneira a contribuir com o alcance do objetivo principal do PPCS: “fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira”.

Assim, o documento é o fruto do aprendizado da implementação do primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis- PPCS, lançado em 2011, que vem atualizar e complementar os instrumentos e mecanismos previstos para sua implementação, bem como redirecionar o foco do trabalho, com base em eixos temáticos, identificados como fundamentais para a mudança de paradigma que o País para incorporar PCS em seus padrões de produção e de consumo.

Assim, as agendas temáticas do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo (PPCS) trazem no seu escopo dois pilares fundamentais para seguir no caminho da transição:

- I. Aumento da eficiência dos processos produtivos; e
- II. Mudança de padrão de consumo da população.

OS EIXOS TEMÁTICOS E SUA IMPORTÂNCIA

Compras Públicas Sustentáveis	São os procedimentos administrativos formais que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras públicas.
Finanças Sustentáveis	O princípio básico é a integração de critérios sociais e ambientais, além dos econômicos, às atividades, produtos, serviços e relacionamentos das organizações, o que significa, por exemplo, analisar o risco socioambiental na hora de conceder créditos.
Indústria Sustentável	Promove a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais.
Construção Sustentável	Prevê o desempenho de sustentabilidade das construções ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo design, produção de materiais, transporte, construção, uso e manutenção, renovação, desconstrução e reciclagem.
Varejo Sustentável	O varejo pode impulsionar a sustentabilidade ao adotar critérios de compra que superem o tradicional binômio preço-qualidade, incentivando seus fornecedores a desenvolver produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais. Pelo lado da demanda tem a possibilidade de auxiliar os consumidores a utilizarem critérios socioambientais em suas decisões de compra, tanto disponibilizando produtos mais sustentáveis como fornecendo informações no ponto-de-venda.

Agricultura Sustentável	Promove a garantia de que, os requisitos nutricionais básicos das gerações presentes e futuras sejam atendidos, ao mesmo tempo em que oferecem uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais.
Consumo Sustentável	Envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível.
Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	A A3P é uma agenda que parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo, combatendo todas as formas de desperdícios. A agenda não é restrita ao meio ambiente. É mais ampla, trata de sustentabilidade, ou seja, envolve reduzir desperdícios, economizar recursos públicos, proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida no trabalho.
Gestão de Resíduos Sólidos	Tem como um de seus princípios a abordagem sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, introduzindo o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, o qual designa o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
Relatos Corporativos de Sustentabilidade	O processo de relato tem como objetivos: comunicar e demonstrar o grau de compromisso de uma empresa com os aspectos socioambientais; planejar atividades de forma integrada e melhorar a competitividade nos diversos mercados e fornecer subsídios para a tomada de decisão e a alocação eficiente de capital.

PROPOSTAS DE AÇÃO PARA O 2º CICLO DO PPCS	
EIXO TEMÁTICO	ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS CENÁRIOS DESEJADOS
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
	2) Criação de um fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de produção e consumo sustentáveis;
	3) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia;
	4) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis;
	5) Proposição de melhorias do arcabouço jurídico;
	6) Construção, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos;
	7) Fomento à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte;
	8) Conscientização da importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas e privadas;
	9) Capacitação continuada de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis;
	10) Apoio à implementação de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.
FINANÇAS SUSTENTÁVEIS	1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental;
	2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais;
	3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
	4) Desenvolvimento de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades/produtos/serviços segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada, incentivos e regulação específica;
	5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos (benefícios financeiros, creditícios, etc) que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo;
	6) Desenvolvimento dos mercados de carbono e energia, buscando a regulação desses mercados;
	7) Estímulo à criação, fortalecimento e ampliação de fundos socialmente responsáveis;
	8) Estímulo à criação, fortalecimento e ampliação de programas de microcrédito;
	9) Estímulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
	10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais;
	11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras;
	12) Estímulo a adoção da ABNT NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão requisitos.

INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL	1) Otimização do consumo de matérias-primas;
	2) Otimização do consumo de energia;
	3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Plano Indústria;
	4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais;
	5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
	6) Melhoria dos atributos ambientais dos produtos;
	7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular;
	8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais.
CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	1) Fomento ao desenvolvimento do Programa PBQP-H para garantia da qualidade dos produtos e serviços da Construção Civil;
	2) Fomento ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos;
	3) Fomento à parceria com Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social;
	4) Apoio e fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável (PES);
	5) Apoio, em parceria com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), dos programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	6) Apoio a programas no setor construção civil nos temas de <i>ecodesign</i> e arquitetura sustentável; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, redução de Gases de Efeito Estufa - GEE na cadeia de produção, infraestrutura urbana, valorização do trabalhador da construção civil, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
	7) Apoio e participação em programas no setor de construção sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	8) Elaboração de guias e manuais que mostrem os impactos das escolhas de materiais, componentes e sistemas em construções sustentáveis, seja em reformas ou retrofits, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto socioambiental;
	9) Elaboração de estudos e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações;
	10) Elaboração, em parceria com o CBCS/PNUMA, de estudos de referência com a metodologia de ACV e governança da área de Materiais e Componentes de Construção do PBACV (Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida), e discussão com atores estratégicos do setor, que permita a introdução acelerada de boas práticas de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção;
	11) Acompanhamento do desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados;
	12) Incentivo ao uso, por meio de linhas de crédito, financiamentos e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e

	obras públicas –, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica, e energia eólica e outras formas de energias renováveis;
	13) Incentivo ao desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, como recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;
	14) Promoção de iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;
	15) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;
	16) Apoio ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;
	17) Promoção de iniciativas visando a ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada;
	18) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar e biogás.
VAREJO SUSTENTÁVEL	1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam Sustentabilidade e origem dos produtos;
	4) Diminuição das embalagens em excesso nos produtos;
	5) Apoio a produtores e fornecedores locais;
	6) Investimento em comunicação e mobilização, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade;
	7) Implementação de programas de gestão dos resíduos;
	8) Ampliação do número de lojas ecoeficientes.
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos;
	4) Apoio a produtores e fornecedores locais, especialmente aqueles em transição agroecológica ou produção orgânica;
	5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização;
	6) Crédito e Financiamento especialmente aqueles específicos e apropriados para a produção agroecológica;
	7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável;
	8) Programas de P&D para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia;

	9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.
CONSUMO SUSTENTÁVEL	1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade;
	2) Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo;
	3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, derrubar as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento;
	4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas;
	5) Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica, e combate ao consumismo infantil para encorajar a adoção de padrões de consumo para o Desenvolvimento Sustentável.
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P -	1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País;
	2) Articulação do Programa com o MPOG, com a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas, e a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança;
	3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P, especialmente no eixo de licitações sustentáveis;
	4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação, que incluam: 1) capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P, para as 27 unidades da federação; 2) formação de agentes multiplicadores; 3) cursos específicos de capacitação por eixo da Agenda; e 4) programa de intercâmbio entre as instituições; e ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação;
	5) Elaboração de materiais específicos de orientação da A3P por setor: a) municípios com até 50.000 habitantes; b) órgãos e entidades públicas; c) instituições financeiras; d) tribunais; e) empresas públicas; e f) universidades e institutos federais;
	6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas, com a publicação de relatórios regulares de impactos do Programa;
	7) Inclusão de ações da A3P junto às escolas públicas, em parceria com o MEC, para apoiar a implementação do projeto Escolas Sustentáveis;
	8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P. A ideia é que, a partir da certificação, seja possível apoiar financeiramente projetos de sustentabilidade, ligados aos 6 eixos temáticos da A3P.
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1) Planejamento e Gestão para implementação da PNRS, em todos as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos;
	2) Coleta Seletiva dos resíduos, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

	3) Implementação de sistemas de compostagem;
	4) Logística reversa e reciclagem, com base na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto - fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;
	5) Análise do Ciclo de Vida do produto – ACV, para definir o perfil ambiental do produto ou processo, bem como possibilitar que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.
	6) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (previsto na Lei Federal nº 12.305/2010);
	7) Incentivo à Economia Circular e incorporação de conceitos de ciclo de vida para embalagens e produtos visando o seu aproveitamento e reciclagem após o descarte.
RELATOS DE SUSTENTABILIDADE	1) Criação de condições para que empresas públicas que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais;
	2) Incentivo às grandes empresas de capital fechado (alterando a Lei nº 11.638/2007) e limitadas, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras;
	3) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões;
	4) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	5) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas;
	6) Criação de plataforma digital, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas, e acolher a divulgação de relatos, viabilizando o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas;
	7) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores);
	8) Adoção de medidas de estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME;
	9) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade

	gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão;
	10) Início de processos de diálogos com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	11) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.

Como participar??

Com o intuito de valorizar e fortalecer iniciativas já em curso e estimular novas ações – tanto do setor governamental quanto não governamental, o PPCS estimula que os parceiros e o público em geral possam conhecer melhor e se engajar na implementação do 2º ciclo do PPC por meio de ações, como:

- Contribuir para a implementação dos PPCS, respeitando a forma de atuação de cada organização e estando prontos para cooperar coletivamente com parceiros e outros públicos interessados;
- Engajar-se, apoiar e colaborar com os poderes públicos, empresas, organizações da sociedade civil e demais organizações implementadoras de ações do PPCS;
- Estimular a criação de projetos e/ou negócios inclusivos e sustentáveis junto aos seus públicos de interesse e em suas cadeias de valor que contribuam com a implementação do PPCS;
- Integrar suas iniciativas/atividades, em consonância com as linhas temáticas do PPCS, levando em conta a forma de atuação de cada organização e suas prioridades, bem como implantar procedimentos internos para divulgação, orientação e respostas aplicáveis aos relacionamentos acima;
- Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas e públicos se engajem nas linhas temáticas e ações do PPCS;
- Desenvolver pesquisas sobre avaliação da implementação do PPCS, tornando disponíveis para todos suas experiências e seus aprendizados com a implementação das ações; e
- Divulgar em seus canais e redes de comunicação o conteúdo referente ao PPCS– 2º Ciclo.

Instrumentos e mecanismos para participação...

- Ações Governamentais (AG)
- Acordos de Cooperação Técnica (ACT)
- Iniciativas Voluntárias (IV)
- Ações de Parceria (AP)
- Pactos Setoriais (PS)
- Projeto de Cooperação entre MMA e PNUMA
- Termos de Adesão e Rede A3P
- Certificação e Premiação
- Fóruns de Discussão e Implementação
- Estudos e pesquisas
- Campanhas.